PORTARIA CONJUNTA Nº 126/2013/AGE-COR/SES

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE**, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 69 da Lei Complementar nº 207/2004, alterada pela Lei Complementar nº 213/2005 e o **SECRETÁRIO AUDITOR GERAL DO ESTADO**, em consonância com o disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 413/2010:

Considerando o teor dos autos da Instrução Sumária nº 025/2010 que noticia suposta conduta irregular praticada por servidores da Secretaria Estadual de Saúde:

Considerando que o servidor **Carlos Alberto Capistrano de Pinho**, à época Ordenador de Despesas, matrícula nº 126238, que, em tese, foi negligente ao exercer a fiscalização e o acompanhamento dos serviços contratados pela SES/MT com a empresa COOVMAT, o que resultou em pagamento indevido. Agindo assim, o servidor se afastou, em tese, de seus deveres funcionais, infringindo o artigo 143, incisos I, II, III, artigo 144, inciso XV e artigo 159, incisos IV e X, todos da Lei Complementar nº 04/1990;

Considerando que o servidor **Humberto Fernando Ferreira Monteiro**, à época Superintendente Administrativo, matrícula nº 89260, que, em tese, foi negligente ao exercer a fiscalização e o acompanhamento dos serviços contratados pela SES/MT com a empresa COOVMAT, o que resultou em pagamento indevido. Agindo assim, o servidor se afastou, em tese, de seus deveres funcionais, infringindo o artigo 143, incisos I, II, III, artigo 144, inciso XV e artigo 159, incisos IV e X, todos da Lei Complementar nº 04/1990;

Considerando que o servidor **Rogério Cordeiro**, à época Gerente de Serviços Gerais, matrícula nº 114876, que, em tese, atestou notas fiscais da empresa COOVMAT LTDA sem assegurar que os serviços foram prestados. Agindo assim, o servidor se afastou, em tese, de seus deveres funcionais, infringindo o artigo 143, inciso I, II e III, artigo 144, inciso XV e artigo 159, inciso X, todos da Lei Complementar nº 04/1990;

Considerando que a servidora **Dionízia Aparecida F. Almeida**, à época Gerente de Conformidade, matrícula nº 95349, que, em tese, atestou notas fiscais da empresa COOVMAT LTDA sem assegurar que os serviços foram prestados. Agindo assim, o servidor se afastou, em tese, de seus deveres funcionais, infringindo o artigo 143, inciso I, II e III, artigo 144, inciso XV e artigo 159, inciso X, todos da Lei Complementar nº 04/1990;

Considerando que o servidor **Marco Aurélio Carvalho Barros**, à época Gestor de Contratos, matrícula nº 103675, que, em tese, foi negligente no controle e fiscalização dos relatórios de serviços contratados pela SES/MT, bem como, em tese, atestou notas fiscais da empresa COOVMAT LTDA sem assegurar que os serviços foram prestados. Agindo assim, o servidor se afastou, em tese, de seus deveres funcionais, infringindo o artigo 143, incisos I, II e III, artigo 144, inciso XV e artigo 159, incisos IV e X, todos da Lei Complementar nº 04/1990;

Considerando que o servidor **Manoel Antônio de Lima**, à época Coordenador de Apoio Logístico, matrícula nº 106895, que, em tese, foi negligente ao exercer o controle, a fiscalização e o acompanhamento dos serviços contratados pela SES/MT, bem como, em tese, atestou notas fiscais da empresa COOVMAT LTDA sem assegurar que os serviços foram prestados. Agindo assim, o servidor se afastou, em tese, de seus deveres funcionais, infringindo o artigo 143, inciso I, II e III, artigo 144, inciso XV e artigo 159, incisos IV e X, todos da Lei Complementar nº 04/1990;

Considerando, ainda, a necessidade de observância das garantias constitucionais do Devido Processo Legal, da Ampla Defesa e do Contraditório.

RESOLVEM:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar designando as servidoras abaixo relacionadas para, sob a presidência da primeira, procederem à apuração dos fatos, em tese, praticados pelos servidores **Carlos Alberto Capistrano de Pinho, Humberto Fernando Monteiro Ferreira, Manoel Antônio de Lima, Marco Aurélio Carvalho Barros, Rogério Cordeiro e Dionízia Aparecida F. Almeida:**

- I – Tatiana de Lima Piovezan;
- II – Guilhermina Pimentel;
- III – Fabiana Auxiliadora Joaquim Régis.

Art. 2º Determinar o início das atividades no prazo de 10 (dez) dias da publicação desta Portaria em Diário Oficial do Estado, devendo a conclusão ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da citação dos servidores acusados, admitido sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem mediante solicitação à autoridade que determinou sua instauração, em conformidade com o artigo 75, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 207/2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e CUMPRA-SE.
Cuiabá, 28 de fevereiro de 2013

(original assinado)
**MAURI RODRIGUES DE
LIMA**
Secretário de Estado de
Saúde

(original assinado)
**JOSÉ ALVES PEREIRA
FILHO**
Secretário Auditor-Geral do
Estado